



A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NOS CONSELHOS DELIBERATIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – UM ESTUDO DE CASO ¹

Antonio Carlos Sardinha²

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Linha de Pesquisa Gestão e Políticas da
Informação e da Comunicação Midiática

Orientadora: Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

RESUMO

O presente projeto se propõe a conhecer o cenário, possibilidades e especificidades para gestão da comunicação nos conselhos deliberativos de políticas públicas. Por meio de estudo de caso do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul, procura-se verificar a natureza, características e dinâmica dos fluxos de comunicação em interface com capacidade decisória do colegiado, na perspectiva de conhecer a relação entre gestão da comunicação e a performance deliberativa, enquanto categorias para compreender as práticas políticas inerentes a esses espaços. A compreensão sobre como se processa a gestão da comunicação nos conselhos deliberativos é um pressuposto importante por contribuir, pela ótica da ciência da comunicação, com os entendimentos sobre o funcionamento e as restrições desses espaços públicos decisórios, que tem nas relações comunicativas internas elementos importantes para analisar suas práticas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão da Comunicação; Conselhos Deliberativos; Políticas Públicas;
Participação; Cidadania

INTRODUÇÃO

O aparente avanço no ordenamento político brasileiro com a constituição dos conselhos deliberativos de políticas públicas, após a constituição de 1988, não caminhou com a mesma intensidade que a apropriação desses espaços por atores da sociedade civil e pelos governos.

¹ Projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FAAC/UNESP-Bauru), apresentado no GT Comunicação e Consumo: Política e Cidadania do IV Seminário Intermestrados em Comunicação.

² Jornalista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação FAAC/Unesp, membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos (FAAC/Unesp). E-mail: sardinhajor@yahoo.com.br

As aberturas de novos canais de participação não foram seguidas pela democratização e redistribuição do poder local e de novas estratégias para a participação social, para além da lógica democrática representativa na gestão das políticas públicas, entendidas segundo Boneti (2006), como resultantes do jogo de forças estabelecidas no âmbito das relações de poder, envolvendo grupos económicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil, que resultam em ações a serem desenvolvidas por parte do Estado.

Estudos apontam para a fragilidade dos conselhos como esferas públicas decisórias, bem como especificidades para atuação política nesses espaços associada ao exercício da participação no chamado controle social sugerido por essa experiência de democracia participativa. (Raichelis, 1998; Pontual, 2008)

Além de relações conjunturais e contextuais, comumente pontuadas, há aspectos internos, envolvendo questões ligadas à gestão da comunicação, que para além da ótica instrumental acabam pouco estudados, embora se tornam estratégicos para a compreensão do escopo democrático e decisório facultado pela participação nesses espaços.

O modo como são produzidas, tratadas, acessadas, disponibilizadas e apropriadas informações e conhecimentos nos processos decisórios – questões de interesse dos estudos em gestão da comunicação - apontam para elementos que interferem no agir comunicativo (Habermas, 1989; Aragão 1992), empreendido por atores políticos que ocupam os conselhos deliberativos.

Nesse sentido, a compreensão da natureza da gestão da informação e do conhecimento pela ótica da comunicação (Belluzzo, 2004; Laet, 2003) torna-se uma questão importante a ser apresentada por possibilitar contribuições da ciência da comunicação sobre funcionamento, limitações e desafios colocados a esses espaços de participação.

A hipótese de que o modo como é empreendido a gestão comunicativa interfere na performance deliberativa e na capacidade decisória dos atores políticos, destaca a comunicação interna, identificada nos fluxos de informação e conhecimento que acompanham a prática política dos conselheiros, como um componente estratégico para definição dos arranjos e relações que impactam no funcionamento dos conselhos e refletem na deliberação sobre as políticas públicas.

JUSTIFICATIVA

O surgimento dos conselhos deliberativos de políticas públicas tem em sua essência a radicalização da democracia, para além da configuração da representação política. A constituição de novas esferas públicas decisórias atreladas à garantia de direitos por e para o acesso à política pública, tem como locus os conselhos e impacta as relações de poder no âmbito do Estado.

No entanto, a cultura política de participação exigida nos conselhos não caminha com a mesma lógica quando da ocupação desses espaços pelos atores políticos legitimados politicamente para participação democrática.

Avaliar a capacidade deliberativa e a interferência dos conselhos na implementação das políticas públicas ainda é desafio por se tratarem de experiências recentes e pela ausência de critérios seguros, mas a literatura nessa área demonstra a limitada capacidade dos conselhos em assumir seu papel deliberativo e interferir propositivamente na inovação e no curso das políticas públicas (Pontual, 2008).

Além das questões políticas que incluem a centralidade e interferência unilateral dos governos na definição da pauta em debate, a falta de mobilização e representatividade dos conselheiros que integram esses espaços, a dificuldade de gerir os interesses, a relação clientelista entre governo e sociedade e a própria ausência de identidade institucional dos conselhos deliberativos estão entre os desafios colocados à eficácia deliberativa.

Nesse conjunto de variáveis que contribuem para explicar a fragilidade dos conselhos, um elemento que destacamos é o processo de geração, acesso, tratamento e difusão de informação e conhecimento, como processos comunicativos, esses restritos não apenas à emissão e recepção, mas conforme Baccega (2002), como uma inter-relação entre esses dois pólos permeada por práticas culturais, discursos e linguagens.

A relação nem sempre explícita entre esses processos comunicacionais e a tomada de decisões interferem sobremaneira no (re) arranjo das relações de poder, na definição das estratégias de pactuação e na própria capacidade de interferência nos debates, responsáveis pelas deliberações dos conselhos.

Estudos, sobretudo da ciência política, discutem a dinâmica, natureza e circunstâncias macro-políticas e sociais que constituem, regulam, interferem e contextualizam a ação política nos

conselhos de políticas públicas, mas o que nos interessa, nesse caso específico, é o conhecimento das relações comunicativas que compõem e interferem na ação política desses espaços de participação.

As questões ligadas aos processos comunicacionais portanto, e mais precisamente, o modo como os processos comunicativos contribuem e permeiam a gestão da informação e conhecimentos estão, nessa última categoria, como passíveis de serem investigados na perspectiva de ampliarem pela ótica da ciência da comunicação as abordagens e entendimentos sobre a dinâmica dos conselhos, enquanto esferas públicas decisórias em processo de consolidação na cena política brasileira.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O estudo sobre os processos comunicativos, pela ótica da gestão da comunicação, nos conselhos deliberativos de políticas públicas, toma como base o papel estruturante que o uso e dinâmica dos fluxos de informação e conhecimento assumem na chamada sociedade em rede (Castells, 1999).

Em que pese às críticas a esse conceito, consideramos essa uma tentativa válida de apresentar uma configuração das relações sociais e políticas no contexto de uma economia informacional, em que as novas tecnologias de processamento de dados e informação assumem um papel significativo no conjunto da sociedade contemporânea. (Dias & Belluzzo, 2003).

É compreensível o entendimento que esse contexto é permeado por um conjunto de práticas e relações políticas que se apropriam e são apropriadas por essa ambiência informacional e tecnológica, a partir de práticas comunicacionais que superam aspectos técnicos. Ao contrário, tem relação com um olhar crítico que associa comunicação/cultura (Baccega, 2002) e comunicação e sociabilidade em sua vertente humanista, política, social e cultural, ressaltando o discurso da ação, juntamente com o discurso da informação e do conhecimento (Wolton, 2006).

Essa perspectiva é importante e, atrelada à compreensão de Habermas (1989; 1984) de agir comunicativo e esfera pública, estruturam referenciais importantes para pensar fluxos de informação e conhecimento, na perspectiva da gestão da comunicação (Belluzzo, 2004; Kunsch, 2003), na peculiaridade de instituições políticas como são os conselhos deliberativos.

No atual estágio das relações econômicas e sociais, estratégias ligadas à captura de informações, seu processamento na forma de conhecimento e na geração de novos conhecimentos e meios para comunicação da informação são usadas para ampliar uma lógica em que produção, acumulação e apropriação do saber tornaram-se estratégicas para o processo produtivo das sociedades capitalistas (Carvalho, 2006; Castells, 1999).

A configuração de um padrão sócio-técnico-econômico que fundamenta e institui a sociabilidade humana, a partir da lógica da geração, recuperação e uso de informações e conhecimento (Lastres e Albagli, 1999) trouxeram mudanças não apenas na organização produtiva, mas na cultura de organizações (Kunsch, 1997; 2003), e das instituições como um todo.

Nesse cenário, ações e estratégias para gerir a informação e conhecimento, portanto, tornaram-se fundamentais não só para a sobrevivência institucional de organizações privadas, que pautam sua inserção nos espaços, a partir da geração e acumulação de riquezas, mas também de outras instituições públicas do setor governamental e da sociedade civil organizada.

O entendimento é que a gestão do conhecimento é um processo intimamente relacionado a outro, o de comunicação nas organizações, que por sua vez, pensado de forma abrangente, refere-se ao planejamento e controle de ações aptas a gerir fluxos de conhecimento em sua vertente explícita e tácita (Nonaka e Takeuchi, 1997), pressupondo a identificação, aquisição, armazenamento, compartilhamento, criação e uso do conhecimento para potencializar processos organizacionais em qualquer contexto (Leite e Costa, 2007).

Essa compreensão da gestão do conhecimento inclui a gestão da informação como um de seus componentes, principalmente aos processos ligados a captura e armazenamento de conhecimento tácito, e tem claro que conhecimento e informação não são sinônimos, embora estejam relacionados em uma escala que começa com dado, passa pela informação e chega no conhecimento (Beluzzo, 2004).

A compreensão é que esse processo permeado de fluxos de informação e conhecimento considera a comunicação campo definido para além da relação emissor/receptor, mas em diálogo com um contexto de interação e práticas culturais (Baccega, 2002).

Acrescenta-se que a comunicação é percebida como um processo complexo por considerar elementos sociais, culturais, políticos e presumir a incomunicação. Isso permite sair,

conforme Wolton (2006), da lógica dos fluxos, das múltiplas conexões e do desempenho para reconhecer a descontinuidade, alteridade e contradições. A incomunicação coloca no centro o processo essencial de negociação, que desde a vivência pessoal à pública, assume importância cada vez maior (*ibid*, 2006).

Esse referencial, que permite localizar a informação e o conhecimento no cenário das novas tecnologias e no contexto cultural de relações entre sujeitos, é importante para avançarmos na interface sugerida entre gestão da comunicação e os conselhos deliberativos, foco do presente estudo.

A gestão da comunicação compreende, com base no exposto, um conjunto de saberes que permite a compreensão de métodos e técnicas de identificação e diagnóstico dos problemas comunicacionais entendidos em sua complexidade. Esses saberes estão associados a projetos de intervenção, que permitem construir canais de mediação para o fluxo democrático e estratégico de conhecimento, pautando a ação política dos atores nas regras de uma sociabilidade em que o uso da informação e conhecimento também assume dimensão importante.

Na avaliação de Orozco (Baccega, 2002), requer-se por meio da prática da gestão da comunicação uma mediação eficiente e crítica entre os distintos discursos, produtos e subjetividades dos implicados nos processos, intervindo de um modo que retome simultaneamente conhecimentos de várias disciplinas sociais.

Enquanto espaços públicos de natureza política, os conselhos deliberativos de políticas públicas são percebidos como instituições em que a gestão da comunicação ganha sentido interessante e torna-se categoria-chave para compreensão da ação política no interior desse espaço, mediada por uma prática comunicativa. Essa prática é capaz não só de gerir conhecimento para fins institucionais da ordem da comunicação interna, como também interferir como componente primeiro em toda a lógica política que sustenta as ações nesses espaços de deliberação.

Os conselhos são espaços públicos que no Brasil estão institucionalizados como *lócus* de participação na cena democrática. Mas sua origem remonta da cultura de participação da Grécia Antiga, que seguia a lógica de decidir questões de interesses da *pólis*, a partir da consulta aos seus cidadãos por meio da publicidade e do debate coletivo (Vivarta, 2005).

Os conselhos são órgãos coletivos de tomada de decisões, agrupamentos de pessoas que deliberam sobre temas específicos, precedidos de análises e discussões em uma prática de participação direta dos interessados em decisões públicas de interesse de todo um grupo. No Brasil, os conselhos ganharam espaço na cena pública com a Constituição de 1988. A nova carta constitucional foi explícita ao apontar que todo poder emana do povo que o exerce, por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição. Além do enunciado, todo texto constitucional é permeado pela lógica de assegurar a participação popular na gestão da coisa pública, colaborando para constituição de uma nova conduta administrativa (Borges, 2008).

Para Avritzer (Avritzer e Anastazia, 2006), o sistema político possibilitado pela constituição brasileira é híbrido, porque incorporou amplas formas de participação tanto no processo decisório federal como local. A relação entre a participação direta, em meio a um sistema representativo largamente instituído, está expressa na carta constitucional e prevê ainda mecanismos de referendo, plebiscito e iniciativas populares. Os conselhos ganharam espaço no cenário político brasileiro. De acordo com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Brasil conta com número estimado de 18 mil conselhos e mais de 100 mil conselheiros (CEBRIP/IDS, 2008).

Mas o fato é que mesmo distintos em sua organização e funcionamento, os conselhos têm representação do governo e da sociedade civil mantendo uma paridade quantitativa, mas nem sempre política. O formato e dinâmica institucional são definidos por legislações locais, embora em consonância com a legislação federal e com escopo na própria carta constitucional. Politicamente, a atuação dos conselhos e sua capacidade de incidir nas políticas públicas variam conforme o cenário colocado localmente para a participação da sociedade civil, o perfil dos governos, a capacidade de articulação e autonomia das organizações, a representatividade dos integrantes desses colegiados dentre outras variáveis qualitativas.

A ausência de uma identidade institucional diante das demais instituições públicas, a pouca ressonância e visibilidade como espaços de decisão política, a dificuldade em atuarem como propositores de políticas públicas, a reprodução de práticas da cultura de participação política brasileira, como autoritarismo e práticas corporativas e privatistas são questões presentes nos colegiados (Pontual, 2008; Raichelis, 1998).

Esse cenário reflete no produto da ação política desses espaços, ou seja, nas deliberações que acabam desprovidas de força política capaz de alterar a dinâmica da implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

As questões apontadas são importantes para localizar o elemento em que a presente pesquisa procura destacar como um dos responsáveis por esse cenário em que estão pensados os conselhos. O interesse é observar um aspecto estrutural, ligado a instituição política que é o conselho, para captar a relação entre a gestão do conhecimento, os processos comunicativos e a capacidade de deliberação.

O entendimento prévio é que os arranjos de força e as relações de poder, que diferenciam sobremaneira a paridade política da paridade formal nesses espaços, têm vínculo com a apropriação do conhecimento, a partir de uma prática comunicativa que permeia as relações políticas e sustenta a troca/legitimação/construção de relações de poder intrínsecas ao papel decisório sobre as políticas públicas.

O poder resulta da capacidade de um ator exercer sobre outro a influência para determinado fim, em um contexto de troca marcado por desequilíbrios e desigualdades. O poder pertence ao que possui o maior número de meios à disposição (quantidade), ou os mais escassos ou raros (exclusividade) ou o de maior valor (importância), conforme Souza (2007). A capacidade técnica e política de gerir conhecimento são meios estratégicos, portanto, para alterar a lógica decisória. Discutir essas questões implica em pontuar não só as políticas públicas de comunicação e a comunicação pública em sua essência, mas como a gestão do conhecimento pela prática comunicativa se constrói nesse cenário político em que estão inseridos os conselhos de políticas públicas.

As reflexões propostas por Habermas (1984; 1989) contribuem com referenciais importantes para apreender o fundamento comunicacional das instituições políticas e da gestão da comunicação em espaços de natureza política peculiar como os conselhos deliberativos de políticas públicas.

As contribuições de Habermas sobre a natureza das esferas públicas e sobre a ação comunicativa (Habermas, 1989; Aragão, 1992) empreendidas nessas arenas contribuem para compreender a relação central da presente pesquisa entre a gestão da comunicação e capacidade deliberativa nos conselhos de políticas públicas. A compreensão parte de estudo

do conselho de saúde, ampliando as possibilidades que a ciência da comunicação pode oferecer para entender o cenário de participação política nesses espaços.

A idéia de um agir comunicativo como meio de apropriação das esferas públicas permitem sustentar a idéia de uma dinâmica de ação política dos atores nos conselhos de políticas públicas e de uma lógica comunicacional pensada estrategicamente para tornar os conselhos espaços para monitoramento, fiscalização, mas sobretudo de formulação/deliberação das políticas públicas.

Tal compreensão oferece subsídios para problematizar a relação entre a eficácia deliberativa e democrática dos conselhos com a ação comunicativa e apropriação de conhecimento pelos atores que ocupam tais espaços, levantando possibilidades de compreensão da conjuntura colocada sobre limitações para a existência institucional desses espaços.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Investigar dinâmicas, possibilidades e especificidades da gestão da comunicação nos conselhos deliberativos de políticas públicas, por meio de estudo de caso do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a relação entre a prática de gestão da comunicação e os processos decisórios dos conselhos de políticas públicas;
- Compreender a natureza da gestão da comunicação na sociedade contemporânea;
- Entender os mecanismos de participação e controle social das políticas públicas no Brasil;

METODOLOGIA

A primeira etapa de investigação consiste na ampla pesquisa e revisão bibliográfica, sobretudo ligada à gestão do conhecimento e da comunicação, aplicada a organizações políticas, com ênfase nos conselhos deliberativos de políticas públicas.

A pesquisa bibliográfica exploratória acompanhada de análise conceitual permite compreensão da gênese e da natureza da democracia participativa aplicada ao contexto

histórico da cultura política e democrática, tomando como foco a experiência brasileira com as contribuições de áreas como a Ciência Política. A pesquisa bibliográfica exploratória inclui ainda os estudos desenvolvidos nas últimas décadas ligados à gestão da comunicação, alinhados aos estudos da comunicação na sociedade do conhecimento e da informação. O diálogo entre esferas públicas e o fazer comunicativo nesses espaços são estratégicos para construção e revisão do aparato teórico-conceitual capaz de subsidiar o entendimento para os aspectos e as possibilidades de pensar a gestão do conhecimento nos espaços de natureza pública como os conselhos deliberativos.

Sugere-se, posteriormente, estudo de caso de um conselho de política pública da área de saúde, na tentativa de compreender a dinâmica comunicativa e as possibilidades para gestão da comunicação nesses espaços, além de levantar a relação desse processo com a eficácia deliberativa do colegiado.

A opção pelo estudo de caso como procedimento de coleta de dados deve-se ao entendimento de que contribui para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos complexos. O estudo de caso permite ainda uma investigação que permite preservar as características holísticas e significativas da vida real, sobretudo fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto, favorecendo a possibilidade em se lidar com uma ampla variedade de evidências tais como documentos, artefatos, entrevistas e observações. Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende método abrangente, com a lógica de planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados (Yin, 2001).

Considerando que o estudo de caso prevê um conjunto de métodos coordenados entre si para compreensão do objeto e das interfaces apresentadas pelo problema apresentado, sugere-se, inicialmente, pesquisa documental e bibliográfica e observação individual como subsídios para realização em etapa posterior de entrevistas semi-estruturadas com os conselheiros de direitos que integram o espaço pesquisado.

Os dados coletados, sobretudo por meio da pesquisa documental e das entrevistas, serão a princípio selecionados a partir de sua natureza.

Os primeiros documentos com histórico do que chamaremos de produção deliberativa são as atas e as pautas convocatórias das reuniões ordinárias e extraordinárias de uma gestão do conselho (dois anos) – em uma sistemática de, no mínimo, duas reuniões mensais, incluindo

uma ordinária e outra extraordinária. Incluem nesse grupo também os documentos regimentais e administrativos que compõem o conjunto das normativas sobre dinâmica de funcionamento e representação no conselho.

A segunda categoria serão os discursos coletados nas entrevistas semi-estruturadas com os conselheiros de direitos da criança e do adolescente, baseadas em questões-chave para a presente pesquisa: percepção sobre a relação informação/deliberação; relações de poder/informação; percepção sobre os fluxos informativos no espaço do conselho; estratégias de acesso e apropriação de informação para o processo decisório.

O conteúdo documental e discursivo, relacionados à reflexão teórica do referencial bibliográfico pesquisado, compõe um conjunto que pretendemos dialogar na análise, a partir de três questões-chaves: informação/eficácia deliberativa; fluxos de informação e comunicação/produção deliberativa; acesso, tratamento e apropriação de informação/participação social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica de Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BELLUZZO, R. C. B. A gestão da informação e o conhecimento sob a ótica da comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, n. 1 e 2, p.213-229, dez, 2004.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORGES, Alice Gonzalez. Democracia participativa – reflexões sobre a natureza e atuação dos conselhos representativos da sociedade civil. **Revista Eletrônica Sobre A Reforma do Estado**, Bahia, n. 14, junho/julho/Agosto, 2008. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere/edicao/14/>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Helenice. A comunicação como fator crítico de sucesso nos processos de gestão da informação e do conhecimento nas organizações. **Unirevista**, São Leopoldo, n.03, jul. 2006. Disponível em: < http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_HCarvalho.PDF>. Acesso em: 09 de jan.2009.

CYRINO, Públio Caio Bessa; LIBERATI, Wilson Donizeti. **Conselhos e Fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 1993.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo. Summus, 1994.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, M. M. K; BELLUZZO, R.C.B. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru: Edusc, 2003.

DOWBOR, Monika et al. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: Cebrap; Ids, 2008.

D´AVILA FILHO, Paulo M. Leitura sobre o exercício do poder para além da política. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.39 , p.03-07, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2586>>. Acesso em: 08 out. 2008.

GAZETA, Alexandre Perles. Democracia e participação social: a experiência dos conselhos municipais de saúde no interior de São Paulo. **Emtese**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, n.02 , p.01-19, jan/jun, 2004. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Kunsch, Margaria M. K. **Relações públicas e modernidade.** São Paulo: Summus, 1997.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAET, Maria Aparecida. **Gestão do conhecimento e da comunicação: o fluxo de conhecimento dentro das empresas.** 2003. 96 f. Monografia (Especialização) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LEITE, F. C. L. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual.** 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p.92-107, jan/abril, 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/issue/view/37>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis. Ed. UFSC, 1992.

MIDOES, Miguel. **Novos e velhos meios de comunicação na esfera pública de Habermas.** Covilhã: Biblioteca de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1497>. Acesso em: 05 jun. 2008.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa: como as empresas Japonesas geram a dinâmica da inovação.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PONTUAL, Pedro. **Desafios à construção da democracia participativa no Brasil.** Instituto Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/texto%20pedro.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2008.

RAICHELIS, Rachel. **Esfera pública e conselhos de assistência social.** São Paulo: Cortez, 1998.

RODRIGUES, Danielle Maria. **O gestor de comunicação: o curso de gestor de processos comunicacionais da ECA-USP e a formação de um profissional emergente.** 2006. 97 f. Monografia (Pós-Especialização) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Pelas mãos de Alice**. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Paulo Henrique de. O exercício da participação popular através do Conselho Nacional de Saúde nos anos 90. *In Série Justiça e Desenvolvimento/IFP-FCC*. DAGNINO, Evelina; PINTO, Regina Pahim (orgs.) São Paulo: Contexto, 2007.

TATAGIBA, L. 2002. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In* : DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo : Paz e Terra.

TORO, José Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Editora Senac Rio: Rio de Janeiro, 2005.

TOURAINE, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Edusc: Bauru, 1998.

VEET, Vivarta (coord). **Ouvindo conselhos: a democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2005.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookan, 2001, 2.ed.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.